



UMA ANÁLISE SOBRE AS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

AN ANALYSIS ABOUT THE AGRICULTURAL BORDERS OF THE PARROT NOZZLE REGION

Jaison Ribeiro Marinho – UFT – Araguaína – Tocantins - Brasil

RESUMO:

A região do Bico do Papagaio que integra a Amazônia Legal vivencia desde a década de quarenta grandes transformações, partes dessas transformações ocorreram devido ao estímulo por parte do governo federal no intuito de promover o desenvolvimento dessa região. Desde então, diversos trabalhadores rurais foram em busca de um “pedaço de terra” onde pudessem plantar e abrigar suas famílias. Em meio a todos os incentivos do governo, até mesmo grandes fazendeiros são atraídos para essa região e o cenário passa a se modificar: o que antes era um território histórico passa a ser territórios de conflitos. Conflitos esses originados de diversas formas: na luta de posseiros contra o agronegócio, de ribeirinhos contra as hidrelétricas, entre outras lutas. A região do Bico do Papagaio tem suas fronteiras modificadas e dessa forma, as vidas de seus moradores também foram transformadas. O desenvolvimento chegou, porém encontra-se concentrado nas mãos de poucos. No entanto, a região é privilegiada por grandes recursos naturais que fazem da mesma um lugar de grandes desafios, como o de se desenvolver de forma harmoniosa com meio ambiente. O presente artigo tem como objetivo analisar os conflitos no território da Região do Bico do Papagaio através de um levantamento bibliográfico considerando os aspectos econômicos e sociais da região.

PALAVRAS-CHAVE: Bico do Papagaio, conflito, território.

ABSTRACT:

The region of Bico do Papagaio that has been part of the Legal Amazon has been experiencing since the 40 decade major transformations. Some of these transformations occurred from to the stimulation of the federal government in order to promote the development of this region. Since then, several rural workers have been searching for a "part of land" where they could plant and to live with their families. Amid all the government's incentives, even large farmers are attracted to this region and the scenario changes: what used to be a historical territory becomes a territory of conflict. Conflicts originated in several ways: in the struggle of squatters against agribusiness, of riverside people against hydroelectric plants, among other struggles. The region of the Bico do Papagaio has its borders modified and in this way, the lives of its residents have also been transformed. Development has arrived, but it is concentrated in the hands of the few people. However, the region is privileged by great natural resources that make it a place of great challenges, such as developing harmoniously with the environment. The present article aims to analyze the conflicts in the territory of the Bico do Papagaio region through a bibliographical survey considering the economic and social aspects of the

region.

KEY WORDS: Papagaio beak, conflict, territory.

INTRODUÇÃO

A região do Bico do Papagaio desde muito tempo tem apresentado diversos conflitos relacionados com a luta pela terra. Dessa forma, suas fronteiras estão em constante movimento, sobretudo suas fronteiras agrícolas que apresenta uma variedade muito grande “de utilização de técnicas e ritmos de trabalhos intensivos, de acessibilidades à propriedade da terra e da organização espacial” (MACHADO, 1992, p.33).

Nessa concepção, desde os anos setenta e oitenta houve um fortalecimento da política de ocupação dessa região com um forte intuito de integrá-la ao restante do país e de fomentar o seu desenvolvimento. De acordo com isso, diversos trabalhadores rurais foram atraídos para aquela região com o propósito de conquistar um “pedaço de terra” para trabalhar e viver. Em pouco tempo, a região começa a receber também grandes fazendeiros vindos da região sul para ocupar grandes faixas de terra e desenvolver as atividades agropecuárias, incentivados pelo Estado. Então dessa forma começa a surgir diversos conflitos relacionados à posse da terra.

Neste sentido o presente trabalho propõe uma discussão sobre as fronteiras agrícolas da região do Bico do Papagaio buscando compreender as relações de disputa pela apropriação do território a partir de diversos sujeitos, posseiros versus o empresário do agronegócio, ribeirinhos versus os consórcios de energia, entres outros, que se apresentam na disputa pelo acesso a terra. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico em diversos autores acerca do tema, bem como feito pesquisas em documentos, revistas e sites buscando um melhor embasamento e respaldo para o trabalho.

Dessa forma, o trabalho se divide em cinco partes, no primeiro momento é discutido o processo de ocupação da região do Bico do Papagaio numa perspectiva de fronteira agrícola, no segundo momento faz-se alguns apontamentos sobre a região evidenciando as cidades de Araguatins e Ananás com algumas heterogeneidades e traços comuns, o terceiro item traz uma abordagem dos novos arranjos econômicos que a região foi apresentando com o passar do tempo, no

quarto momento é realizada uma abordagem sobre os impactos da Hidrelétrica de Estreito em algumas localidades da região e por fim, no quinto momento faz-se algumas considerações sobre os assuntos abordados no trabalho.

OCUPAÇÃO DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

O processo de ocupação da região do Bico do Papagaio extremo norte do Estado do Tocantins, delimitado a Oeste com o Estado do Pará e a Leste com o Estado do Maranhão esteve ligado a diversos fatores, dentre alguns, por essa região ter vivido nos anos quarenta e cinquenta uma mobilização por parte do governo federal no intuito de promover o desenvolvimento desta região tida como atrasada economicamente e devido essa região ter sido considerada como porta de entrada para a Amazônia por meio de religiosos e outros andarilhos que percorriam as regiões do Araguaia – Tocantins.

Neste sentido a região do Bico do Papagaio passa a ser delimitada como uma fronteira agrícola, pois, a mesma se configura numa área de ordenação do território especialmente por assim dizer no sentido de fomentar o desenvolvimento da Amazônia brasileira e também por essa mesma região ter recebido a partir da década de setenta a oitenta um considerável número de trabalhadores rurais oriundos dos estados do Maranhão e Piauí que foram atraídos pelo o projeto do governo militar conhecido como o Plano de Integração Nacional e que segundo Machado (1992) em seus estudos sobre as políticas de ocupação da Amazônia, tinha como objetivo a incorporação da Amazônia brasileira ao Território Nacional com a implantação de toda uma infra-estrutura de redes como hidrelétricas, estradas, telecomunicação, cidades, entre outros.

Dessa forma a região do Bico do Papagaio se constitui uma fronteira agrícola exatamente pela a sua disponibilidade de terras e por ter recebido movimentos de povoamento e de colonização, o conceito de fronteira agrícola é muito discutido e segundo a Geógrafa Lia Machado (1992) a mesma se configura como:

A “fronteira agrícola” seria um lugar onde é possível a criação do “novo”. O “novo” pode ser entendido como a introdução das formas e conceitos de vida de uma civilização técnico-mercantil. A variedade no grau de utilização de técnicas e ritmos de trabalhos intensivos, de acessibilidade à propriedade da terra e da organização espacial, que supõem o desenvolvimento de infra-estrutura e de um sistema de comercialização eficaz, permite afirmar que a “fronteira agrícola” é também um processo que cria a expectativa ou a possibilidade de melhor padrão e qualidade de vida para a população rural, em sua maior parte marginalizada e/ou sem

possibilidade de mobilidade social ascendente no lugar de origem.
(MACHADO, p. 33, 1992)

Então é neste contexto que se percebe a região do Bico do Papagaio como um lugar que foi ocupado de forma irregular e que não trouxe no primeiro momento aquilo que trabalhadores nordestinos e outros, sofridos em sua maioria, vieram buscar, uma melhor qualidade de vida e obtenção de um “pedaço de terra” para plantar e viver. A fronteira agrícola que seria o surgimento do novo, de uma nova possibilidade de trabalho e de um novo lugar de morar não foi possível de se encontrar, uma vez que se observa que esta região sofreu com a chegada de muitos fazendeiros vindos, sobretudo da região “sul com incentivos fiscais do Estado para investir na expansão da propriedade agropecuária” (LOPES, 2009, p.170-171).

Portanto, o que se destaca é que com todos esses acontecimentos a região do Bico do Papagaio passou a ser um “cenário” de uma série de conflitos por terras onde de um lado posseiros e pequenos agricultores lutavam para conseguir permanecer em suas pequenas propriedades, enquanto do outro lado fortes fazendeiros perseguiram e expropriaram esses posseiros e pequenos agricultores.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

A região do Bico do Papagaio é composta por 25 municípios, sendo foco deste artigo as cidades de Araguatins e Ananás especialmente por suas particularidades e grande extensão de terras. Araguatins possui uma área de aproximadamente 2.625,276 Km² e conta com uma população de 31.329 habitantes (IBGE, 2010) sendo que do total de sua área a maior parte é reservada para a zona rural. A cidade fica a margem do Rio Araguaia e por isso, desde sua formação recebeu moradores vindos de diversas regiões que fixaram suas moradias e passaram a viver em um primeiro momento da agricultura de subsistência.

Após a construção da Rodovia BR-153 que não corta a cidade, mas que de uma forma toda especial tem um papel muito importante para o desenvolvimento da região do Bico e aliada a outras importantes rodovias como a TO-010 que liga a cidade de Araguatins a outras cidades do Bico do Papagaio, a cidade conheceu uma nova realidade na questão de seu desenvolvimento, pois, a mesma passava por um momento de isolamento devido ao difícil acesso até essa região, com a criação de

novas rodovias a cidade passou a vivenciar uma melhora na questão de escoação de produtos e consequentemente um maior fluxo de pessoas. Araguatins tem sua economia baseada na agricultura de subsistência e na pecuária.

O extrativismo vegetal mesmo que com menor intensidade ainda é praticado nessa região por algumas famílias, principalmente no cultivo do coco babaçu, no entanto, a atividade comercial aparece com maior força na cidade devido a mesma não dispor de indústrias de grande porte. Outro setor da economia com bastante influência regional é o de turismo, a cidade tem um grande potencial turístico devido sua localização as margens do Rio Araguaia que dispõe de belas praias e muitas ilhas que fazem dessa cidade um atrativo para turistas de varias regiões do país.

Distante cerca de 136 Km de Araguatins, está a cidade de Ananás que conta com uma população de 9.865 habitantes e uma extensão territorial de 1.576,967 Km² (IBGE, 2010). O povoamento dessa cidade se deu devido a fazendeiros que escolheram a região para a criação de gados e dessa forma atraíram trabalhadores de diversas partes do país que além de trabalharem nestas fazendas, praticavam também a exploração do babaçu e a implantação de lavouras (roças). Sobre tudo, na década de 1950 vamos ver na cidade um grande agito, especialmente com a implantação da agropecuária,

As mudanças ocorridas a partir do final da década de 1950 até os dias atuais, sobretudo no campo no estado do Tocantins, com a inserção da agropecuária, é um elemento importante para a compreensão de pequenos aglomerados urbanos, sobretudo à margem da Belém-Brasília, além de outros aglomerados que ficam nas rodovias vicinais, como no caso da cidade de Ananás, que faz fronteira com o sudeste do Pará, ficando a cerca de pouco mais de 34 Km da Belém-Brasília. (LOPES, 2009, p.179)

Neste caso podemos destacar a importância da rodovia Belém-Brasília para interligar juntamente com outras rodovias vicinais a Região do Bico do Papagaio com o restante do estado do Tocantins, dessa forma percebe-se que a cidade de Ananás “apesar de não oferecer infra-estrutura a sua população, os trabalhadores buscaram a cidade como refúgio para viver” (LOPES, 2009, p.182), isso porque com a chegada de grandes fazendeiros a esta região fez com que pequenos agricultores fossem expulsos de suas propriedades não restando outra alternativa a não ser a de irem para a cidade, com isso surgiram as moradias irregulares e um crescimento desordenado da cidade. É importante destacar segundo Lopes (2009) que a maioria desses pequenos agricultores que foram expulsos de suas propriedades passaram a

desenvolver trabalhos temporários em fazendas da região.

A economia da região do Bico do Papagaio, assim como a maior parte da economia do estado do Tocantins esta assentada no meio rural, segundo o levantamento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável no Território do Bico do Papagaio se constata o seguinte:

A base da economia do território é a agricultura, especialmente a agricultura familiar, com a existência de 66 Projetos de Assentamento do INCRA, 03 Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário um público, relativamente, numeroso de pequenos agricultores, pequenos proprietários, apicultores, bem como extrativistas que sobrevivem da coleta de coco babaçu, frutas e da pesca artesanal. Com relação aos municípios localizados nas margens dos principais rios, por ocasião da sazonalidade e o surgimento das praias, durante os meses do verão torna-se um atrativo para o comércio de olerícolas (frutas como melancia) para os turistas nas temporadas, nos meses de julho e agosto. (CARVALHO, 2006, p.32)

Mesmo essa região dispondo de uma grande quantidade de terras, onde a agropecuária e agricultura tem maior destaque, a economia da região do Bico do Papagaio traz também outras atividades não agrícolas como o caso de artesanatos desenvolvidos a partir do babaçu, apicultura, extrativismo vegetal, produção pesqueira, entre outras atividades. Essa região apresenta ainda uma nova configuração econômica especialmente com relação à implantação do turismo devido à mesma está entre dois grandes rios Araguaia e Tocantins e dispor de diversas belezas naturais.

No entanto, a região do Bico do Papagaio faz parte da área da Amazônia Legal que recebeu grandes atrativos do governo e também já foram feitos diversos estudos para promover cada vez mais desenvolvimento a essa região, de modo que nesta configuração tem-se o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) criado em 1980 para promover o ordenamento territorial do país. De acordo com essa observação adotou-se a definição de Becker e Égler (1997, pag.12) onde fica claro que o ZEE consiste em um “[...] instrumento político e técnico do planejamento, cuja a finalidade última é otimizar o uso do espaço e as políticas públicas”.

Apesar do ZEE ter como finalidade aperfeiçoar o uso do espaço, esse estudo desde a sua implantação não foi bem aceito no estado do Tocantins como podemos analisar no artigo publicado na Revista Brasileira de Cartografia Nº 61/04, Dias e Mattos (2009) esclarecem:

No Tocantins, até 1996, o ZEE foi criticado por várias instituições do próprio governo estadual. De 1997, começaram a ser apresentados resultados mais visíveis à sociedade e o ZEE ganhou mais respeitabilidade e aceitação. A partir de então, ele passou a ser visto pelos segmentos de governo como

uma base de informações sobre recursos naturais. Todavia, o programa ZEE ainda não conseguiu ir além deste aspecto informativo, devido à incipiente vontade política governamental. Não produziu produtos de ZEE propriamente dito que abrangessem todo o estado, para a orientação da ocupação da terra com base em temas aplicados às demandas institucionais e sociais. (DIAS e MATTOS, 2009, p. 352)

Mesmo fazendo parte da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (Seplan-TO), o ZEE ainda não conseguiu se consolidar como um instrumento que otimize a organização do território no estado, nesta linha, tem-se por parte dos exercícios conduzidos pelo o ZEE e com recursos do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais no Brasil (PPG-7) o ZEE do Norte do Estado do Tocantins (ZEE-NTO) no intuito de fazer a população dessa região atender à legislação ambiental, esse estudo teve seus resultados obtidos alinhados com as diretrizes do governo federal e com os doadores do PPG-7.

Portanto, pode se analisar que o ZEE na região do Bico do Papagaio ainda não foi bem sucedido e segundo estudos publicados pela geógrafa Becker (2001), percebe-se o seguinte:

Tais medidas e modelo devem ser inseridos na grande diferenciação do espaço regional, que constitui o quadro de referência básica para a ação política, na medida em que expressa a redefinição do território amazônico segundo espaços – tempo diversos, ou seja a nova geografia Amazônica. (BECKER, 2001, p.155)

Neste sentido tem-se com o ZEE uma fiscalização para a conservação de áreas preservadas, bem como, a recuperação de áreas degradadas e também uma fiscalização para impedir que pequenos agricultores sejam expulsos de suas terras, mas será que de fato isso vem acontecendo na região do Bico do Papagaio? Uma vez que o agronegócio se expande cada vez mais na região originando grandes problemas, sobretudo para o pequeno agricultor.

NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS DO BICO DO PAPAGAIO

A região do Bico do Papagaio vive atualmente uma implementação na sua economia, que na sua maioria atende a somente grandes proprietários de terras, como já mencionado neste artigo, o agronegócio cada vez mais avança nesta região e com isso pequenos agricultores perdem os seus pequenos “pedaços de terra” que eram destinados para a implementação da agricultura familiar e de subsistência.

Esta região agora é palco de grandes plantações de soja, capim para a criação e plantação de eucalipto, com isso, fica cada vez mais claro que a riqueza

nesta região aumentou, no entanto, a distribuição foi concentrada nas mãos de poucos. É por isso, que percebe-se o crescimento desordenado de algumas cidades desta região, exatamente pelo fato dos filhos de pequenos agricultores já não encontrarem mais trabalho no campo, “a cidade foi o local que encontraram para sobreviver, pois não havia nenhuma condição de ficar no meio rural devido à expulsão dos fazendeiros” (LOPES, 2009, p. 183).

Cada vez mais, surge a presença de multinacionais na região do Bico do Papagaio, a cidade de Ananás firmou parceria com os Empreendimentos Suzano Papel e Celulose com a atividade principal do cultivo de eucalipto, desta forma, a instalação dessas multinacionais em primeiro momento é vista como um progresso para essas cidades principalmente no que diz respeito a geração de novos empregos. Mas será que de fato o cultivo de eucalipto só traz benefícios como a geração de novos postos de trabalhos? Pois, o que se sabe é que o cultivo do eucalipto provoca a “desertificação do clima e do solo: as grandes florestas como as de eucalipto necessitam de uma enorme quantidade de água para crescer satisfatoriamente” (CARDOSO e PIRES, 2009 p.5).

Então, dessa forma é possível perceber só para análise de comparação, que a idéia de muitos empregos gerados pela plantação do eucalipto na região do Bico do Papagaio não geraria tanta oferta de trabalho assim, em estudo publicado em 2006 denominado “Dossiê Deserto Verde” (2006) esclarece que da promessa de postos de trabalhos que Aracruz geraria no cultivo de eucalipto no Espírito Santo a mesma não cumpriu a sua promessa nem na metade, veja:

Aracruz, na época que buscava financiamento, afirmava que cada hectare de plantação de eucalipto geraria em média quatro empregos diretos, portanto, com seus 247 mil hectares plantados deveria gerar 988 mil empregos. No entanto, geraram apenas 2.031, segundo dados de 2004. (DAVID, 2006, p. 11).

Daí se percebe o quanto muitas vezes a monocultura, neste caso a do eucalipto, cresce em cima de mentiras e de falsas promessas contrariando o que esperam os pequenos agricultores. Ainda dentro desse tema destaca-se o quanto o sistema capitalista chega e modifica os lugares, gerando assim um desordenamento em muitos desses locais, quantos trabalhadores foram expulsos de suas pequenas propriedades para a expansão de diversas monoculturas provenientes do desenvolvimento do agronegócio.

É exatamente neste contexto que na região do Bico do Papagaio percebem-

se grandes conflitos, aonde muitos vão perder suas vidas tentando impedir que suas pequenas propriedades sejam tomadas, especialmente com o crescimento do agronegócio. Neste caso Lopes (2009) diz o seguinte sobre este assunto:

Desde meados da década de 1950 até aos anos 1970, às políticas fundiárias configuram-se como respostas as pressões dos movimentos sociais no campo. Trata-se de momentos em que se multiplicaram os conflitos fundiários e assassinatos. Diante desta barbárie, a luta pela terra se intensificou com os seus sujeitos a partir da década de 1980, com novas bandeiras de liberdade, autonomia sindical, assistência social e reforma agrária. (LOPES, 2009, p.1)

É importante destacar, que a partir de quando os conflitos tomam grandes proporções nesta região, surgem comissões a favor da vida desses pequenos agricultores, podendo ser destacado o papel da Igreja Católica e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que teve um importante papel na ajuda desses trabalhadores como aborda Sader (1986),

A ação da Igreja na área sempre foi ambígua, pela presença de elementos conservadores do clero que apóiam abertamente os grileiros, e dos que justamente com a Comissão Pastoral da Terra se posicionam ao lado dos posseiros e pequenos lavradores. A ação da CPT e dos setores progressistas da Igreja desagrada empresários, fazendeiros, autoridades. Calúnias, difamações pela imprensa local ou nacional, ameaças, prisões, tocaias, são as armas utilizadas contra eles. O assassinato (tantas vezes anunciado) do Pe. Josimo Moraes Tavares em maio de 1986 comprova a afirmação. (SADER, 1986, p.203)

Dentro desse assunto, verifica-se que a Igreja faz seu trabalho defendendo esses pequenos agricultores, indígenas e até mesmo os expropriados por barragens indo contra o segmento agrário que cada vez deseja apossar-se de mais terras. Daí com a formação da CPT os trabalhos de ajuda a esses pequenos agricultores se intensificam já que a CPT tem como objetivo promover uma organização no campo de forma a ajudar o maior número de trabalhadores rurais, dentre outros que tem uma ligação direta e indireta com o uso do solo e são impactados com a chegada de grandes empreendimentos nessa região.

IMPACTOS DA HIDRÉLETRICA DE ESTREITO NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) a região do Bico do Papagaio que já era palco de grandes conflitos por causa de terras passa a vivenciar

uma nova forma de conflitos devido aos grandes impactos causado pela a construção dessas hidrelétricas, o primeiro deles, é o caso da remoção das famílias de vários ribeirinhos e o segundo o valor das indenizações pagas a esses ribeirinhos, o lugar de muitos, que antes tinha todo um significado de valor histórico agora passa a valer um preço “X” imposto pelos donos dos grandes consórcios de energia elétrica nacionais e internacionais.

Dessa forma, verifica-se que as cidades que foram diretamente prejudicadas pela inundação de grandes partes de suas terras passam a ser lugares de conflitos exatamente pelo fato das indenizações serem pagas de qualquer forma, sem levar em conta o valor real de cada propriedade, na região do Bico do Papagaio tem-se as cidades de Arguanópolis, Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins, comprometidas diretamente com as enchentes devido às barragens da UHE.

Neste sentido, sabe-se que com a criação dessas hidrelétricas algumas cidades que são localizadas nas proximidades dos rios são afetadas pelas enchentes, originando grandes problemas relacionados com a remoção dos moradores e as indenizações que cada um passa a ter direito. Observa-se que as empresas envolvidas nesses consórcios fazem os seus estudos limitando o número de impactos, no intuito de minimizar o número de indenizações, como nos mostra Chaves (2009),

Podemos constatar que se observarmos o número de municípios relacionados no primeiro diagnóstico que sofrerão impactos diretos, ouve uma grande redução na extensão de áreas consideradas impactadas pelo empreendimento, conseqüentemente reduzindo-se também as medidas mitigadoras e principalmente a discussão em torno das necessidades das populações atingidas. Segundo o movimento dos atingidos por Barragens-MAB serão impactadas aproximadamente 5000 famílias, número diferente do apresentado pelo CESTE que é de 2167 famílias. A empresa e o MAB têm uma concepção diferente do conceito de atingido. Na perspectiva do movimento, o conceito de atingido perpassa pela seguinte questão: Todas as famílias que sobrevivem ou que tem alguma relação econômica de sobrevivência com o rio, com o espaço que está sendo construída a barragem, essas famílias passam a ter direito. (CHAVES, 2009, p. 130 – 131)

E dessa forma a região do Bico do Papagaio passa a ser delimitada, como uma região que desde a década de cinquenta vem sofrendo diversas transformações, tendo as suas fronteiras modificadas através do capitalismo implantado fortemente na mesma, daí o que se observa é que territórios históricos passam a ser delimitados como territórios de conflitos. Pescadores que tinham uma

relação direta com o Rio Tocantins através da pesca passaram a vivenciar problemas relacionados com a morte de peixe devido às barragens da hidrelétrica, entre outros problemas que podem ser destacado nesta região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se observa é que a região do Bico do Papagaio desde os anos quarenta vivenciou profundas modificações territoriais, lugares com maiores dificuldades de acesso foram interligados através das construções de rodovias federais e vicinais com destaque para a rodovia Belém-Brasília, a região recebeu um grande número de pessoas vindas de várias partes do país para ocuparem a grande quantidade de terras disponíveis.

No segundo momento, a região passa a ser ocupada por grandes fazendeiros que implanta na mesma o agronegócio, o lugar que antes era destinado para a agricultura de subsistência passa agora a dar espaço para grandes plantações de soja e grandes pastos para a criação do gado de corte. Ainda dentro desse processo de mudança que a região foi passando, apresenta-se por último a plantação da monocultura do eucalipto. Dessa forma, a região passa a crescer economicamente, só que a riqueza gerada nessa região está concentrada nas mãos de poucos.

Mesmo com os investimentos feitos por fazendeiros e grandes empresários para a implantação do agronegócio nessa região, a mesma ainda permanece com muitas dificuldades com relação a outras regiões do estado do Tocantins. Muitos desempregos, falta de infra-estrutura e saneamento básico entre outras dificuldades fazem parte dessa região.

Analisa-se ainda que, com todos os investimentos destinados ao Bico do Papagaio, até mesmo no segmento ambiental, a região ainda muitas vezes fica refém de falsos investimentos capitalistas como o agronegócio que se instala desapropriando pequenos agricultores e traz poucos benefícios para a região uma vez que toda a produção é exportada e a população local não usufrui dos resultados.

Então, de acordo com todas as discussões aqui levantadas pode-se concluir que a região do Bico do Papagaio desperta cobiça até os dias atuais, pois a região é composta por grandes recursos naturais, e que se antes era preciso de grandes incentivos para a sua ocupação, agora a região precisa de uma organização para

garantir que essa ocupação aconteça de forma responsável, garantido assim o desenvolvimento de forma sustentável com oportunidade para todos, inclusive os pequenos agricultores que são marginalizados pelo grande desenvolvimento do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Metodologia detalhada para execução do zoneamento ecológico-econômico pelos estados da Amazônia Legal**. Brasília: MMA, SAE, 1997.

BECKER, Bertha K.. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Revistas Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, p.135-159, set. 2001. Trimestral. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_12.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CARDOSO, Rafael; PIRES, Lucas. **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A MONOCULTURA DO EUCALIPTO E SUAS IMPLICAÇÕES**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos Completos/Rafael Said Bhering Cardoso.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CARVALHO, M. do S. N. / COSTA, A. C. T. / PALMEIRA, J. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território do Bico do Papagaio-TO**. Organização – Fundação Cândido Rondon / Governo Federal – Novembro de 2006.

CHAVES, P. R. **As Relações Sócio-Territoriais na Construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e a Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades de Carolina-MA e Filadélfia-To**. Palmas: UFT, 2009. p. 198.

DAVID, Lino de. **Monocultivo de Árvores, Papel e Celulose na Metade Sul do RS**. 2006. Disponível em: <http://docplayer.com.br/3053265-Dossie-deserto-verde-o-latifundio-do-eucalipto.html#show_full_text>. Acesso em: 02 fev. 2012.

DIAS, Ricardo Ribeiro; MATTOS, Juércio Tavares de. Zoneamento Ecológico Econômico no Tocantins: Comparação de Resultados Usando Um Mesmo Método em Diferentes Datas. **Revista Brasileira de Cartografia**, Rio de Janeiro, v. 61/04, p.351-365, 2009. Bimestral. Disponível em: <<http://www.lsie.unb.br/rbc/index.php/rbc/issue/view/40>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins: vidas e destinos fora do compasso**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo - USP, 2009.

MACHADO, Lia Osorio. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 02, p.27-55, jun. 1992. Trimestral.

Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n2.pdf>.

Acesso em: 02 fev. 2012.

SADER, M.R. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. São Paulo. 1987. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Jaíson Ribeiro Marinho - Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2013). Atualmente cursando o Programa de Mestrado Acadêmico em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Câmpus de Araguaína.

Recebido para publicação em 22 de janeiro de 2017.

Aceito para publicação em 20 de julho de 2017.

Publicado em 18 de dezembro de 2017.